

## ATA NÚMERO VINTE E OITO

### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Maria Luísa Dias Gomes e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadoras, encontravam-se ausentes por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

#### 1 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO Nº 2/2024. ---

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, submetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, contempla diversos projetos de investimento que incorporam reajustamentos físicos e financeiros de obras previstas no Plano de Atividades e Orçamento do corrente ano. Face aos referidos reajustamentos, apresenta-se também, a presente proposta de Revisão Orçamental, com o objetivo aproximar os valores previstos em orçamento à execução verificada no decurso do ano de 2024, nomeadamente nas rubricas/projetos que evidenciam reduzida percentagem de execução e projetos sem qualquer execução, justificados pelos atrasos registados na aprovação de candidaturas apresentadas aos Fundos Comunitários, atrasos de variadas origens na execução das obras ou até mesmo impossibilidade de início e participações atribuídas mas cujos destinatários não completaram ainda os processos/investimentos para efetiva receção das verbas. -----

É ainda efetuada uma correção ao valor individual de algumas rubricas do orçamento da receita, de forma que este reflita os valores efetivamente liquidados. A redução orçamental, que tem reflexo quer nas Grandes Opções do Plano (GOP) quer no orçamento da receita e da despesa, conforme mapas em anexo, concretiza-se em 11.040.318,65€. -----

Com base na competência dada através da alínea c) n.º 1 do art.º 33º do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento do Ponto 8.3.1. do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização

Contabilístico para as Administrações Públicas, foi elaborada a 2.<sup>a</sup> proposta de Revisão Orçamental do ano económico de 2024, para apreciação e votação na presente reunião. -----

O Senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes e começou por informar que a presente reunião tem como propósito a apreciação e votação de dois assuntos que têm imperativamente de ser submetidos a posterior apreciação e votação na Sessão de Assembleia Municipal, que se realizará no dia 30 de dezembro de 2024. Mais referiu o Senhor Presidente que o primeiro ponto da Ordem de trabalhos visa a segunda revisão orçamental modificativa, sendo que a primeira revisão se verificou aquando da inserção do saldo de gerência e a presente revisão é de cariz técnico, uma vez que vários Projetos, nomeadamente na área do 1º Direito, não foram pagos atempadamente pelo IHRU, situação essa que foi transversal a todas as Câmaras Municipais e que obriga a uma revisão orçamental, no sentido de dar cumprimento à regra do equilíbrio orçamental. O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra salientando que o nível de prudência verificado na elaboração do Orçamento, tanto no do ano transato, como no atual, foi rigorosamente o mesmo, sendo que o que sucedeu foi que o IHRU demorou imenso tempo a validar as Peças procedimentais que já estavam incluídas nas candidaturas e também a efetuar os respetivos pagamentos que estavam acordados com o Município de Fornos de Algodres, nomeadamente o do Bairro do Ténis. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote mais informou que a referida situação atrasou imenso a execução dos Projetos, sendo que foi a principal razão para a presente revisão orçamental, revisão esta que só demonstra prudência e cuidado redobrado por parte do Município de Fornos de Algodres, uma vez que se podia ter avançado com as obras sem a respetiva receita, mas optou-se por não o fazer. O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, usou da palavra reiterando que a presente revisão orçamental foi elaborada em baixa precisamente porque se atuou com a máxima prudência e por haver regras que deverão ser deviatamente cumpridas, nomeadamente o ter-se uma execução orçamental superior a 85% e após a análise técnica, se não se procedesse à presente revisão, possivelmente poder-se-ia não cumprir e não se verificar o devido equilíbrio orçamental. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues cumprimentou todos os presentes e começou por fazer a seguinte declaração: -----

----- Declaração -----

*“Diz o artº 6º, Ponto 2, do Regimento das Reuniões de Câmara do mandato 2021/2025 – Nas reuniões extraordinárias só podem ser tratados assuntos para os quais a Câmara Municipal haja sido expressamente convocada e que pela sua urgência e necessidade não possam ou não devam aguardar a realização de uma reunião ordinária. – Assim e pelo conteúdo da convocatória não há evidência da urgência e necessidade de tal reunião, senão vejamos: -----*

*No que concerne ao 1º Ponto da Ordem de trabalhos – Apreciação e votação da revisão orçamental modificativa ao Orçamento Nº 2/2024 – era o que mais faltava que a terminar a execução do Orçamento, 19 de dezembro, viesse agora tal tema à baila, como se o Executivo apenas e agora fosse cumprir o Orçamento e só agora verificasse um decréscimo no valor global do Orçamento de 1.353.067,08€. Bem, não estamos a falar de cêntimos*

*nem de pequenos Euros, mas sim de quase 2.000.000,00€.* Ou há muito se previa esta revisão orçamental modificativa ou passe-me se. o nosso Executivo é pouco criterioso e quiçá rigoroso no tratamento do Erário público. No que concerne ao Ponto 2 da Ordem de trabalhos – Apreciação e votação de declaração de reconhecimento de interesse Municipal para o Projeto de ampliação de um Armazém agrícola – é lamentável que seja reconhecido carácter de urgência e necessidade e que a interpretação da Lei seja a de que a Câmara pode votar favoravelmente, ou não, essa declaração. -----

Qualquer pronúncia da Câmara Municipal que pretenda arvorar-se a decisão final do assunto, constituirá um ato anulável por incompetência. Mais, qualquer pronúncia da Câmara Municipal que pretenda ter a natureza de decisão final do assunto, constitui um ato anulável por incompetência, facto bem patente no descrito no e-mail datado de 13 de dezembro de 2024, às 15h27m, enviado por Carlos Silva, onde refere que houve aqui um acordo.”

Neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues propôs a anulação da Convocatória e dos temas apresentados uma vez que a Lei não permite à Câmara Municipal de Fornos de Algodres, na pessoa do Executivo Municipal, pronunciar-se relativamente à declaração apresentada e tomar uma decisão. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais referiu que é uma questão de ler a Lei uma vez que há um pronúncio de que há interesses e que houve acordos feitos com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, o que pressupõe que o Processo contém algumas irregularidades e não deveria sequer ser analisado. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e relativamente à revisão orçamental referiu que o proferido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues apenas e só seria verdade se a Câmara Municipal tivesse utilizado o dinheiro do lado da despesa, o que de todo não aconteceu e o faz sentir perfeitamente tranquilo relativamente ao assunto em causa. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente ao primeiro ponto da Ordem de trabalhos em que foi referido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres não tratava bem o Erário Público referiu que na Sessão de Assembleia Municipal irá provar e demonstrar que tal facto não corresponde à realidade e todos terão conhecimento do valor que a Câmara Municipal detém em contas bancárias e qual era o montante que detinha quando o atual Executivo Municipal tomou posse em 2013 e mais referiu que no final de cada ano a Câmara Municipal de Fornos de Algodres procede ao pagamento de todos os compromissos assumidos, o que não aconteceu em 2013 que, tal como é do conhecimento geral, nem dinheiro havia para pagar os salários, sendo que se optou por proceder ao pagamento dos mesmos, em detrimento dos passivos contingentes do ano seguinte. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e mais referiu que relativamente à questão do Erário Público, não será a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que lhe dará lições sobre a forma como se gere o mesmo e sublinhou que pretende que fique muito claro que quando deixar de exercer funções na Câmara Municipal de Fornos de Algodres terá a mesma tranquilidade de consciência, tal e qual como a que tinha quando iniciou o seu mandato em 2013. -----

No seguimento do proferido pelo Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que também se influencia o Erário público quando se convoca uma reunião que não faz sentido existir e se tem de pagar aos Vereadores e mais referiu que como é do conhecimento geral o Senhor Presidente costuma afirmar com regularidade que assume todos os seus atos e ao considerar a presente reunião extraordinária urgente e necessária, acarreta ter de assumir mais um ato, pois a presente reunião também faz parte integrante do Erário Público. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente ao primeiro ponto da Ordem de trabalhos referiu que, uma vez que se estava em período festivo, apenas pretendia acrescentar que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues até poderá fazer o combate político que bem entender e poderá ter interpretações diferentes acerca de uma Convocatória e do grau de importância da mesma, no entanto, não poderá pôr em causa a sua competência da mesma forma que também não se poderá pôr em causa a competência da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, até porque quando a Senhora Vereadora Joaquina Domingues tinha algumas dúvidas relativamente a alguns documentos, nomeadamente Orçamentos e Planos de Atividades em que afirmava que não conseguia entendê-los, nunca ninguém pôs a sua competência em causa. Neste contexto o Senhor Presidente mais afirmou que cada um tem a sua opinião e, tal como sempre foi a sua conduta, sempre assumirá as respetivas responsabilidades inerentes aos atos que se praticam na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, sendo que já se encontra em funções há 11 anos e não tem nenhum Processo em tribunal, nem foi alvo de nenhum tipo de diligência relativamente aos atos praticados na Câmara Municipal de Fornos de Algodres e, como tal, sente-se perfeitamente tranquilo. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção sublinhando que não é detentor da verdade absoluta nem de competências absolutas, mas em todo o caso está de consciência perfeitamente tranquila relativamente aos atos praticados na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, nomeadamente com a solidariedade que tem sido demonstrada por todos os funcionários da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente propôs o assunto a votação e a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou o porquê de se estar a submeter o assunto a votação quando não havia sido ainda devidamente analisado e discutido, ao que o Senhor Presidente respondeu que já tinha feito a devida explicação relativamente ao documento em causa e que o mesmo fazia parte integrante da Convocatória da presente reunião em virtude de o IHRU não ter cumprido os acordos que havia estabelecido com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e consequentemente não haveria a possibilidade de se executarem até ao final do ano. Mais referiu o Senhor Presidente que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, ao invés de proceder à análise da Ordem de trabalhos, optou por fazer uma declaração, mas, no entanto, mais referiu que ainda o poderia fazer, no entanto não foi por falta de explicação e enquadramento do referido assunto pois houve várias pessoas a explicar o mesmo e a fazer o devido enquadramento. O Senhor Presidente acrescentou ainda que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues optou por discutir a questão formal por se ter convocado uma reunião extraordinária, mas, em todo o caso, o Senhor Presidente, salientou que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues ainda se poderia pronunciar acerca do assunto em causa. -----

No seguimento do explanado pelo Senhor Presidente a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que a explicação dada inicialmente pelo Senhor Presidente foi no sentido de justificar o porquê da inclusão dos dois documentos na Convocatória da presente reunião, no entanto não se procedeu à análise e discussão dos mesmos, sendo que inicialmente a Senhora Vereadora Joaquina Domingues também tinha feito a sua introdução relativamente à não concordância com a presente Convocatória para uma reunião extraordinária, mas não se procedeu à análise e discussão dos referidos documentos. -----

O Senhor Presidente interveio e sublinhou que já se tinha procedido à devida apresentação do primeiro ponto da Ordem de trabalhos, sendo que o mesmo foi explicado por ele próprio, pelo Senhor Vereador Alexandre Lote e pelo Chefe de Divisão da DAG, Dr. Américo Domingues e mais referiu que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues teve oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo mas entendeu que deveria debruçar-se sobre a questão formal e não questionou nada ao Executivo Municipal relativamente ao documento propriamente dito, no entanto, mais referiu o Senhor Presidente que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues ainda poderia pronunciar-se acerca do mesmo, caso assim o entendesse. -----

Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e relativamente aos “Considerandos” do documento em causa, nomeadamente “**(...) previstos em orçamento à execução verificada no decurso do ano de 2024, nomeadamente nas rubricas/projetos que evidenciam reduzida percentagem de execução e projetos sem qualquer execução, justificados pelos atrasos registados na aprovação de candidaturas apresentadas aos Fundos Comunitários, atrasos de variadas origens na execução das obras ou até mesmo impossibilidade de início e participações atribuídas mas cujos destinatários não completaram ainda os processos/investimentos para efetiva receção das verbas.**” solicitou o respetivo esclarecimento pois não percebe nem entende a referida citação, uma vez que por várias vezes foi referido em reunião de Câmara que os Projetos que não tivessem sido aprovados nunca seriam tidos em consideração nos Orçamentos apresentados. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e mais referiu que mediante a análise da referida citação está claramente perceptível que afinal tal não se verifica assim, havendo Projetos que ainda não foram aprovados e há outros cujos destinatários, que se desconhecem, e sobre os quais gostaria de ser esclarecida, não completaram ainda os Processos/Investimentos para a efetiva receção das verbas. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou porque é foram considerados no Orçamento de 2024 se na última reunião de Câmara foi referido que nada era considerado no Orçamento, senão Projetos aprovados. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que após análise do documento achou estranho que as alterações que foram feitas ao Orçamento, fossem bastante acentuadas na questão da Promoção de uma comunidade inclusiva e saudável, assim como relativamente ao Radar Social e manifestou ainda enorme espanto relativamente à área da valorização da floresta e espaços verdes para garantia da proteção de pessoas e bens, em que se verificou uma alteração nas referidas rubricas e uma diminuição de 142.000 Euros relativamente ao mosaico de gestão de combustível. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que na sua opinião, para uma Câmara Municipal que se preza por valorizar e tentar evoluir em termos do turismo e do ambiente, não cumprir aquilo a que se propôs, não será de bom tom. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e relativamente ao mosaico de gestão de combustível, referiu que se trata de um Projeto que não foi aprovado, gostaria de saber o que se passa e porque foi incluído no Orçamento e mais acrescentou que é muito estranho que se consiga ter duas EIP(s) para que haja um determinado cuidado na proteção da floresta e de pessoas e bens e depois deixa-se de executar atividades que foram propostas executar neste âmbito. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra no sentido de fazer a respetiva explicação alusiva aos Projetos que não foram executados e, neste contexto, referiu que foi submetido a apreciação em reunião de Câmara a questão da Estratégia Local de Habitação em que se verificou um valor que está definido para o Município de Fornos de Algodres, sendo que é com base nesse valor que, numa fase posterior, se realizam as candidaturas, ou seja, a partir do momento em que o referido valor está consignado, deverá constar no Orçamento. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção referindo que no âmbito da referida Estratégia Local da Habitação estão integrados os beneficiários, sendo que terá de ser elaborada uma candidatura para cada um deles e, muitas vezes, quando se refere que houve beneficiários que não conseguiram fazer ainda os investimentos necessários para poderem receber as verbas, deve-se ao facto de, por vezes, ser necessário proceder ainda ao registo de habitações que eventualmente não se encontram registadas ou eventualmente devido a questões que se prendem com a regularização de heranças. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote mais referiu que são situações que estão sempre relacionadas com atos notariais, uma vez que os Processos têm de estar perfeitamente munidos de informação idónea para que o IHRU possa validar as respetivas candidaturas, sendo que já se encontram enquadradas num plafond que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres dispõe para executar, no âmbito da aprovação e do acordo assinado entre o IHRU e a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e mediante o financiamento que foi atribuído. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote mais acrescentou que de facto há alguns Projetos que ainda se encontram com algumas dificuldades para serem resolvidos, atendendo à sua elevada complexidade e ainda há outro tipo de Projetos que estão relacionados com o facto de o IHRU ter estado sem capacidade de resposta, durante seguramente 4 meses do corrente ano, devido à questão das Eleições Legislativas. -----

Ainda relativamente a esta temática o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que se verificaram algumas alterações por parte do IHRU relativamente à necessidade de resposta dos Projetos que se encontram em execução, no âmbito das candidaturas que já se encontram aprovadas, nomeadamente as candidaturas alusivas à eficiência energética em que se definiram metas mais ambiciosas do que as que existiam anteriormente, o que pressupõe revisões nos próprios Projetos, no sentido de se garantir que se estará em condições de dar resposta ao que o IHRU exige atualmente. Neste contexto e a título de exemplo, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que relativamente às casas dos Magistrados, vai ter de se fazer um investimento superior ao que estava previsto, uma vez que de acordo com as novas regras que o IHRU impôs, vai ser necessária a colocação de capoto em todas as paredes, a fim de se cumprir o nível de eficiência energética que atualmente é exigido e, neste sentido, tornou-se imperativo realizar um novo Projeto térmico, mas, no presente momento, a situação já está acautelada

e estão reunidas as condições para que em 2025 as temáticas da Habitação possam ter mais estabilidade do que aquela que se verificou no corrente ano. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que o valor inscrito é o que se reporta à Estratégia Local de Habitação, que está perfeitamente acordado e assinado entre o IHRU e a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e, à posteriori, as candidaturas que irão acautelar esse valor têm de estar devidamente instruídas, sendo que ainda há algumas que se encontram em elaboração, outras há que aguardam finalização de Projetos por parte das equipas projetistas, que terão de ter em conta todas as alterações exigidas e ainda há outras que aguardaram pareceres da CCDRC, e a título de exemplo referiu uma situação na Freguesia de Algodres, que se prende com a obrigatoriedade de sucessivas alterações numa habitação que se encontra no perímetro do Pelourinho, por forma a garantir a qualidade arquitetónica do espaço. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e relativamente à questão da valorização dos espaços verdes referiu que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres teve de facto uma candidatura aprovada inerente ao mosaico de gestão de combustível, mas quase ninguém executou candidaturas ao abrigo da referida operação, em virtude de terem sido aprovadas tardiamente em 2023, sendo que, no corrente ano, foi imposta a obrigatoriedade de o Processo estar concluído a 31 de dezembro de 2025. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote mais informou que a Entidade Gestora, desde muito cedo que exigiu que não se pode proceder à fragmentação de parcelas nos mosaicos de gestão de combustível, sendo que é exigido que se proceda a uma contratação pública para a área total, mas por vezes é difícil chegar-se a um acordo com os proprietários para se conseguir abarcar a área total, pois uns aceitam mais cedo que outros. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote mais referiu que não se conseguiu executar a referida candidatura uma vez que foi exigido um único Procedimento para o total da área em causa, o que não foi de todo possível. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que em maio/junho de 2024 percebeu-se logo que se iria ter dificuldade em executar a candidatura em causa, uma vez que o prazo não foi prorrogado para além de 31 de dezembro de 2024, embora haja quem diga que o prazo irá ser prorrogado, mas, não havendo essa total garantia, optou-se claramente por não proceder à execução da candidatura, mediante a probabilidade de se vir a ter problemas relativamente ao reembolso. Mais acrescentou o Senhor Vereador Alexandre Lote que o valor em causa é realmente muito alto para a realidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e, como tal, não se poderia correr o risco de executar a candidatura em causa, sem se ter a firme certeza de que se irá receber o montante em causa. -----

Ainda relativamente a esta temática, o senhor Vereador Alexandre Lote salientou que perante este tipo de situação dever-se-ia ter a possibilidade de, a partir do momento em que se perfizesse 50% do mosaico de gestão de combustível, se pudesse abrir um Procedimento de contratação pública, sem a obrigatoriedade de se intervencionar na área total do mesmo, uma vez que, como é do conhecimento geral, a relação e o acordo com os particulares não permitem essa possibilidade de concretização. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e relativamente ao Radar Social, referiu que também se verificou um atraso no Processo, sendo que só recentemente se tinha realizado uma reunião on-line com a Entidade Gestora do Projeto, no sentido de ainda se conseguir, de alguma forma, resolver situações que se encontram pendentes. Mais acrescentou o Senhor Presidente que por acaso a Câmara Municipal de Fornos de Algodres não incorporou no

Orçamento a questão do CLDS 5G, tal como outras Câmaras fizeram, sendo que o Projeto só deverá entrar em pleno funcionamento, em março de 2025. Neste contexto o Senhor Presidente sublinhou que todas as razões enunciadas anteriormente justificam claramente uma revisão orçamental. -----

Ainda relativamente ao assunto em causa, o Senhor Vereador Alexandre Lote salientou a questão do Bairro do Ténis, como sendo um problema maior, em virtude de não se conseguir avançar com a obra sem se receber o respetivo valor de aquisição, o que seria um risco enorme, em termos de tesouraria, para a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, sendo que se esteve até ao dia 17 de dezembro sem se receber o valor da aquisição -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e referiu que também verificou que relativamente à Creche de Infias houve uma anulação de quase da totalidade, no entanto houve uma dotação, que já deve estar concluída, de 18.560,00 Euros e, neste sentido, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou o que é que já tinha sido feito, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu que o montante apenas se refere ao Projeto e mais informou que a obra foi novamente a concurso público, havendo já propostas e estando-se já a proceder à análise dos documentos inerentes. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e relativamente à elaboração do Orçamento para 2025, questionou se as referidas situações já tinham sido tidas em conta e que repercussões terão no Orçamento de 2025, uma vez que foi elaborado e aprovado há tão pouco tempo, nomeadamente em relação a todas as despesas que são plurianuais. -----

No seguimento da questão da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que no Orçamento de 2025 já foram consideradas todas as situações enunciadas anteriormente, sendo que, se se proceder a uma atenta análise, verificar-se-á que o valor da Creche foi substancialmente o mesmo de 2024 ---

***A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, conforme declaração de voto vencido. -----***

----- Voto vencido -----

*“Voto vencido nos termos da Legislação e Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, a documentação enviada não cumpre com a Norma de controlo interno, Regimento das Reuniões de Câmara, Plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, além de que, entre outras coisas: -----*

*. Não é fornecida nem enviada informação justificativa de diminuição da despesa e financeira; -----*

*. Não é fornecida qualquer informação e justificação das diversas alterações orçamentais ocorridas ao longo do ano e não é fornecida informação e justificação para o recurso à reunião extraordinária. -----*

*. Não é fornecida informação e justificação dos impactos no Orçamento para 2025 e não é fornecida informação e justificação de não ter sido presente à reunião do Órgão Executivo, previamente à análise da decisão de Orçamento de 2025. -----*

*. Não é fornecida informação e justificação de não ter sido submetida à primeira reunião ordinária, após a reunião de 29 de novembro; assim sendo nem sequer me vinculo à decisão que aqui possam tomar.” -----*

## **2 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE UM ARMAZÉM AGRÍCOLA. -----**

Licinia Goreti Pinto Ribeiro da Silva, contribuinte nº250135051, residente em Urb. Zona Sul Lote 34, 6370-174 Fornos de Algodres, vem por este meio, requerer a classificação de interesse municipal para o projeto de ampliação de armazém agrícola inserido em exploração de cultura de Framboesa/frutos vermelhos, a ser implantado em Pombal, Mata 6370-381 Fornos de Algodres com um investimento global previsto superior 400.000,00€, permitindo : -----

- Criação e manutenção de novos empregos; -----
- Desenvolvimento da economia local e concelhia; -----
- Melhoria significativa da qualidade de vida da comunidade; -----
- Divulgação do Concelho a nível externo e interno; -----

Considerando que esta iniciativa está alinhada aos objetivos de desenvolvimento do município e contribuirá significativamente para o atendimento das demandas locais e fortalecimento da economia municipal, a requerente solicita que seja emitida a declaração de classificação de interesse Municipal, conforme legislação aplicável, pelo que se remete a reunião de Câmara, para apreciação e votação -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que, de acordo com a informação facultada, o assunto em causa será devidamente submetido a apreciação e votação na próxima Sessão de Assembleia Municipal e trata-se de um Projeto com interesse para o Município de Fornos de Algodres, sendo que, quando se fala tanto na falta de potencial investimento no concelho de Fornos de Algodres, neste caso o Município deverá apoiar quem realmente pretende investir. O Senhor Presidente mais referiu que a urgência do presente documento se prende com o facto de se estar perante uma candidatura que, se não for feita atempadamente, naturalmente que os promotores do investimento perderão a oportunidade de dar seguimento ao Projeto em causa. -----

Relativamente à questão do interesse Municipal, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que, na sua opinião, o Senhor Presidente tinha sido bastante claro no início da reunião, quando referiu que se estava perante dois assuntos que deverão ser submetidos a apreciação na Sessão da Assembleia Municipal, sendo que a decisão da Câmara Municipal, como é óbvio, não será a definitiva, uma vez que não tem competência para tal, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que a votação que deverá ser feita se deverá basear apenas na questão de se o assunto deverá ser, ou não, submetido a apreciação na Sessão de Assembleia Municipal, sem haver qualquer decisão por parte da Câmara Municipal, sobre o assunto em causa. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote manifestou a sua não concordância com o proferido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, tendo a mesma proposto que o Senhor Vereador Alexandre Lote analisasse alguns Pareceres sobre

tais assuntos uma vez que, independentemente da sua votação, e atendendo ao que está explanado no documento em causa, é visível o que se quer pretende levar a efeito. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e relativamente à questão do acordo, referiu que não houve qualquer tipo de acordo com o Eng<sup>o</sup> Carlos Silva, sendo que a única coisa que o Senhor Vereador Alexandre Lote lhe tinha transmitido, na presença do Eng<sup>o</sup> Paulo Santos e do Eng<sup>o</sup> Bruno Costa, foi que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres estaria disponível para estudar a possibilidade de assumir a limpeza dos 100 M e tal seria feito em Sede da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, uma vez que será esta a Entidade que aprovará as medidas de mitigação. -----

Ainda neste contexto, o Senhor Vereador Alexandre Lote mais acrescentou que a partir do momento em que o terreno do Eng<sup>o</sup> Carlos Silva confronte com a estrada, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, mediante a Lei, manifestou a sua disponibilidade para estudar uma possibilidade de assumir a referida limpeza do terreno, no âmbito do interesse Municipal, caso assim seja declarado pela Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e mais referiu que é normal que o Eng<sup>o</sup> Carlos Silva esteja preocupado, uma vez que se houver um incêndio no local, ele terá de assegurar a limpeza dos 100 M e provavelmente terá dificuldade em conseguir fazê-lo, sendo que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, mediante a opinião dos Serviços Jurídicos e a Lei, se mostrou disponível para poder vir a assumir parte da limpeza dos 100M, enquadrando o assunto numa declaração de interesse Municipal, caso a Assembleia Municipal vote a favor. O Senhor Vereador Alexandre Lote mais referiu que, caso o assunto não seja submetido a Assembleia Municipal, o investimento cairá por terra e daí a urgência da inclusão do assunto na presente reunião extraordinária. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng<sup>o</sup> Paulo Santos, usou da palavra confirmando o que havia sido proferido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote e reiterou que não se tinha levado a efeito qualquer tipo de acordo, conforme descrito no e-mail e mais informou que, no seguimento do que já havia dito ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador Alexandre Lote, dever-se-ia responder ao referido e-mail no sentido de sublinhar que não existiu qualquer tipo de acordo e para que tal facto fique registado internamente. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra pedindo um esclarecimento relativamente a algumas dúvidas que lhe ocorreram após a análise do Processo, Processo este que, na sua opinião, não está instruído da melhor forma, e como tal não poderá votar favoravelmente em relação a algo que tem um procedimento irregular. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais referiu que o Processo em causa se refere a um alargamento ou aumento de dimensão de um pavilhão, pavilhão esse que já existe há muitos anos e, neste sentido, questionou se o referido pavilhão que já se encontra implantado no terreno cumpre todas as regras legais de construção e mais questionou se o alargamento de referido pavilhão já foi executado ou ainda está por executar. A Senhora Vereadora prosseguiu a sua intervenção e, na sua opinião, e após a análise do documento, parece-lhe perceptível que o pavilhão já foi construído, mas noutra parte do documento parece-lhe que ainda não foi construído e, como tal, gostaria de ser esclarecida. -----

Ainda relativamente a esta temática a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se não houve outros promotores com o mesmo problema, ou problemas semelhantes e se lhes foi dada a mesma atenção e o mesmo tratamento, pois a ser o único promotor com este problema, ir-se-á abrir um precedente que, segundo a sua opinião, contorna a Lei e permite que outros venham a usar do mesmo artifício para conseguirem os seus intentos. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que no e-mail enviado a 13 de dezembro, por Carlos Silva, no seu texto refere-se que a 12 de dezembro foi feita uma proposta pelo Vice-Presidente, Dr. Alexandre Lote, e Vereador do Município de Fornos de Algodres, Bruno Costa, que atualmente é Chefe de Gabinete e não Vereador e ainda em conjunto com o Senhor Eng<sup>o</sup> Paulo Santos, com a aceitação da proposta da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou qual foi o tipo de proposta e com que legitimidade a fizeram e em que contexto, e ainda qual o acordo que se obteve. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que está referido no e-mail que houve lugar a um acordo e, se há um acordo, e se efetivamente foi redigido, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues manifestou a sua intenção de o ler e analisar, em virtude de não fazer parte integrante da documentação enviada com a Convocatória. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais questionou se à época da referida construção o PDM era no seu todo igual ao atual, ou seja, o PDM sofreu alguma alteração, nomeadamente no que se refere à Carta de Ocupação dos Solos de 2018 e à Carta de Perigosidade de Incêndios do Plano Municipal de Defesa da Floresta? -----

A Senhora Vereadora prosseguiu a sua intervenção e fez questão de alertar o Executivo Municipal que de facto se devem considerar todas as situações, com o propósito de serem analisadas pela Câmara Municipal e serem submetidas à Sessão de Assembleia Municipal, mas jamais se deverá votar ou indicar o sentido de votação ou o desejo de... e, se no referido e-mail se encontra escrito que houve de facto um acordo entre o Município de Fornos de Algodres e o promotor, acordo este que foi desmentido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote e Eng<sup>o</sup> Paulo Santos, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou em que é que se poderá basear, uma vez que o Processo não se encontra muito bem elaborado. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e fez questão de sublinhar e manifestar claramente que é a favor de que se considere o fator económico e que de facto é interessante a atividade dos promotores, desejando-lhes tudo de bom e que de facto haja uma forma de se resolver o problema, no entanto, não poderá concordar com um Processo que contém irregularidades, que não cumpre com as regras e em que houve acordos que são desconhecidos, o que comprometerá o futuro da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no âmbito da matéria em causa, pois o Executivo Municipal atual não será eterno. -----

Ainda relativamente a este assunto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, relativamente se aos 100M que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres se responsabiliza a limpar, questionou a quem pertencem os mesmos como propriedade efetiva, pois não sendo propriedade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, ao entrar-se em propriedade alheia para fazer a limpeza de uma faixa de 100M de largura, caso haja um incêndio que se propague à propriedade em causa, de quem será a responsabilidade? Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que, como é do conhecimento geral, nem sempre se procede a este tipo de limpezas, atempadamente

e, neste sentido, a responsabilidade será única e exclusivamente do Município de Fornos de Algodres e como tal, tudo deverá ser bem analisado, tanto o que se escreve, como aquilo que se diz, porque se há um acordo, o mesmo deverá ser bem analisado. -----

Para terminar, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que louva a atitude da Câmara Municipal de Fornos de Algodres ao tentar resolver e solucionar o problema de alguém que está com alguma dificuldade, apesar de outros tantos não terem tido a mesma oportunidade, mas proceder-se à apresentação de um documento que refere um acordo prévio, é inconcebível. -----

Após a explanação da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente usou da palavra e referiu que o pavilhão em causa foi construído antes da sua tomada de posse na Câmara Municipal de Fornos de Algodres e se foi analisado pelos Serviços Técnicos, certamente que o fizeram com base na Lei e relativamente ao alargamento do mesmo, o Senhor Presidente referiu que desconhece se já se procedeu ao mesmo, ou não, uma vez que não esteve na propriedade em causa. -----

Relativamente ao acordo, o Senhor Presidente sublinhou que, tal como já havia sido referido na presente reunião, não houve lugar a qualquer tipo de acordo e mais referiu que seria muito fácil para o Município de Fornos de Algodres ter respondido ao e-mail referido, tal como se irá responder a ressaltar que não houve acordo algum, e nem sequer se ter dado conhecimento do mesmo na reunião de Câmara, mas agiu-se de forma bem clara e transparente, como em todos os Processos da Câmara Municipal. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e sublinhou que enquanto estiver em funções na Câmara Municipal, quando se chegar a algum tipo de acordo, com quem quer que seja, tal não será feito por boca, mas sim através da sua redação e assinatura, contrariamente ao que era feito antigamente em que se faziam obras de um milhão de Euros, apenas por boca, sem nenhum procedimento. Mais referiu o Senhor Presidente que, sendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues tão criteriosa relativamente ao Projeto em causa e ao PDM, considera muito estranho que tanto ela como as restantes pessoas do PSD continuem a incidir num Projeto que, aquando da tomada de posse do atual Executivo Municipal, violava completamente o Plano Diretor Municipal, que estava relacionado com a Recyclead e que até foi elencado no famoso Comunicado emitido pelo PSD, sendo que nessa altura não havia violação do PDM e podia-se fazer tudo. O Senhor Presidente mais referiu que relativamente ao Projeto em causa, que está devidamente munido de informação prestada pelos Técnicos da Câmara Municipal e que está elaborado de forma que se possa resolver o problema do investidor que escolheu o concelho de Fornos de Algodres para tal, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues já não tem o mesmo critério que teve relativamente a quem queria violar descaradamente o Plano Diretor Municipal. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e começou por referir que teria de repetir o que havia proferido anteriormente pois pelo visto não tinha ficado claro e, neste contexto, sublinhou que não houve qualquer tipo de acordo, tal como havia referido anteriormente, até porque se tivesse sido levado a efeito algum acordo, o mesmo teria sempre de ser analisado e aprovado em reunião de Câmara. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e reiterou que o que havia dito ao promotor foi que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres estaria disponível para estudar, em Sede da Comissão Municipal

de Defesa da Floresta contra Incêndios, onde o Processo terá sempre de ser analisado depois da declaração de interesse Municipal, a fim de que sejam desenhadas as medidas a adotar pelo promotor para que o Projeto possa ser executado. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que até se poderia declarar, no limite, interesse Municipal e, à posteriori, a Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios poderia decretar tamanhas medidas de mitigação, que levassem o promotor a ter de desistir do Projeto e, para evitar tal situação, o Senhor Vereador Alexandre Lote informou o promotor que a Câmara Municipal, mediante um quadro legal, estaria disponível para apresentar uma proposta que permita que a Câmara Municipal possa gerir a faixa de gestão de combustível em terrenos que transcendam os do promotor, até porque como o terreno bate no limite da estrada, a Câmara Municipal também tem a obrigatoriedade de limpar alguns metros de cada lado e teria de se estudar e discutir como é que esses metros se iriam compaginar nos tais 100M, de acordo com o estipulado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que a Câmara Municipal só poderá tentar ajudar o promotor ao abrigo da declaração de interesse Municipal, após reunião com a Comissão Municipal da defesa da Floresta contra Incêndios e à posteriori apresentando uma proposta pré acordada com o proprietário, a reunião de Câmara, tendo a mesma de ser validada pelos Órgãos Municipais. Posto isto o Senhor Vereador Alexandre Lote salientou que não poderia ter sido mais transparente para com o promotor, sendo que o Eng<sup>o</sup> Paulo já tinha advertido que se deveria responder ao e-mail do promotor, ressaltando que não se firmou nenhum acordo, uma vez que não houve, sendo que também é evidente que não há nenhum Vereador chamado Bruno Costa -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote ressaltou que o que seria importante relativamente ao assunto em causa, seria ter em conta que se trata de um investimento bastante significativo para o concelho de Fornos de Algodres, que criará postos de trabalho no concelho e que deixará de ser realizado se a Câmara Municipal não elaborar a declaração de interesse Municipal. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que todos defendem a criação de postos de trabalho no concelho de Fornos de Algodres e quando surgem este tipo de oportunidades, parece que não se está disponível para, de acordo com a Lei, tentar encontrar todas as possibilidades e soluções para viabilizar as iniciativas privadas, que por todos deverão ser valorizadas. -----

Relativamente à questão do tratamento desigual o Senhor Vereador Alexandre Lote salientou que, desde que a Lei foi alterada, este é o primeiro Processo que permite agir desta forma pois anteriormente tal não era permitido, ou seja, na anterior Lei da Floresta tal não era permitido e, só depois de uma enorme luta por parte dos Municípios do Interior do país é que tal passou a ser possível, porque na Lei anterior a declaração de interesse Municipal não ultrapassava o risco de incêndio no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios. Neste contexto mais informou o Senhor Vereador Alexandre Lote que os Autarcas do Interior do país, junto do anterior Governo, sinalizaram que é mais importante ser-se detentor de territórios ocupados e com atividade económica ativa, do que ter-se territórios que ficam desocupados, o que isso sim, aumenta o risco de incêndio. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que já o anterior Governo tinha assumido que tentaria encontrar uma solução para ultrapassar o problema, sendo que essa solução é clara, ou seja, a responsabilidade de decisão é imputada à Câmara Municipal através da declaração de interesse Municipal e este foi o primeiro Processo que chegou à

Câmara Municipal depois da alteração à Lei que permite agir desta forma, embora também não se possa tornar esta solução generalizada para todo e qualquer tipo de Projeto e todo e qualquer tipo de valor. -----

Relativamente ao caso em questão e de acordo com os elementos disponíveis, mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que votará favoravelmente a presente declaração de interesse Municipal, sendo que, se na votação eventualmente se decidisse que o Processo não tem interesse Municipal, terá o mesmo de ser sempre submetido a apreciação e votação na Sessão da Assembleia Municipal e, na presente reunião, apenas se estará a emitir um Parecer relativamente a um Processo perfeitamente legal, que poderá ser favorável ou desfavorável, sendo que a decisão final nunca será da Câmara Municipal e sim da Assembleia Municipal. -----

Após a explanação do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Alexandre Lote, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues dirigiu-se ao Senhor Presidente, referindo que as acusações que ele costuma fazer ao PSD como forma de defesa, no âmbito de uma discussão que nada tem a ver com o passado e com o PDM da Zona Industrial de Juncais, fica-lhe realmente extremamente mal. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que o Senhor Presidente ao fazer acusações como forma de escamotear algo que ele próprio também está a fazer, utilizando como recurso algo que outros fizeram e que considerou errado, não lhe fica nada bem -----

Relativamente à explanação do Senhor Vereador Alexandre Lote a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que tinha ouvido muito bem que não houve acordo e que ter-se-ia de enviar um e-mail como resposta ao Senhor Carlos Silva, mas tal não consta no Processo. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que poderia acreditar no que acabaram de proferir, mas não poderá apagar tudo o que os seus olhos leram e, portanto, na sua opinião, o Processo em causa tem irregularidades que não deve conter e há algo muito mais pertinente que é a demonstração de que o Município de Fornos de Algodres quer induzir a Assembleia Municipal a um voto favorável, porque a própria está a criar condições para que o problema se contorne e, além do mais, também não se ouviu a resposta do Senhor Engº Paulo relativamente ao facto de se a construção está efetivada ou não. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que mesmo que o aumento do pavilhão não esteja efetivado, o pavilhão então existente já está irregular e não cumpre os preceitos das Leis e, perante estes factos, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não poderá votar favoravelmente no documento em causa e mais questionou se os Serviços da Câmara Municipal não observam nem analisam o que é regular e legal e o que é irregular e ilegal, em termos de fiscalização das construções. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e relativamente ao pavilhão em causa, referiu que crê que o mesmo já foi construído há muito tempo e também não lhe parece que a nova Lei tenha vindo ajudar as pessoas e concorda efetivamente que o promotor deverá defender-se e tentar arranjar argumentos que lhe permitam manter a sua atividade, no entanto, enquanto Vereadora da oposição, não poderá, observar o documento em causa, onde está escrito que há um acordo, e comprometer a Câmara Municipal com o referido acordo, que desconhece, pelo que têm que entender a sua posição, assim como o promotor. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que acha que devem tentar resolver a situação e devem ajudar o promotor a avançar com o seu Projeto, cuja data de concretização já foi ultrapassada há muito tempo, uma vez que tinha como data-limite o ano de 2021/2022, mas, provavelmente este atraso também não poderá ser imputado

à Câmara Municipal, e se a mesma se propuser a fazer algum tipo de acordo, nomeadamente acerca do incremento do número de postos de trabalho, dever-se-á dar preferência à empregabilidade de pessoas do concelho de Fornos de Algodres, o que também não tem sido visível. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que como é do conhecimento geral o trabalho sazonal não é apetecível para as pessoas do concelho de Fornos de Algodres, no entanto, segundo o que está patente no documento em causa, também se irá admitir pessoas efetivas, ao ano, e se realmente houver lugar à redação de um acordo, o mesmo deverá ser redigido em conformidade com o interesse do Município de Fornos de Algodres e, além do mais, deverá ser garantido que a Sede da empresa em causa, se mantenha sempre no concelho de Fornos de Algodres, contrariamente ao que por vezes acontece, em que se verifica que as empresas estão registadas em Fornos de Algodres e as Sedes se encontram noutros locais, o que não demonstra qualquer tipo de interesse para o Município de Fornos de Algodres. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues concorda perfeitamente com a alegação de que serão criados mais postos de trabalho e até mesmo se os trabalhadores vierem de fora do concelho de Fornos de Algodres, também ajudará a diminuir a desertificação, no entanto, e perante a apresentação do conteúdo do documento em causa, não poderá de todo votar e manifestar um parecer favorável -----

No seguimento da explanação da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que não compreende como se pode referir que se é a favor de um investimento e ao mesmo tempo colocar-se em causa se a estrutura já está ou não está feita, o que levaria a que se emitissem falsas declarações por parte do promotor, colocar-se em causa a questão do PDM e colocar-se em causa que o promotor seja obrigado a contratar pessoas do concelho de Fornos de Algodres. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que a posição da Senhora Vereadora Joaquina Domingues não lhe parece de todo coerente, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que não foi isso que pretendeu transmitir e sim que, se houver a formalização de um acordo, se deva preferencialmente contratar pessoas do concelho de Fornos de Algodres. Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote demonstrou a sua não concordância com a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, alegando que essa exigência iria muito para além do que aquilo que deverá conter um acordo e mais referiu que colocar em causa a estrutura que já está implantada no local, à luz da Lei atual, sendo que a estrutura é tão antiga, é a mesma coisa que considerar que haveria várias casas no concelho de Fornos de Algodres que deveriam ser demolidas, o que, com todo o respeito, seria uma perfeita aberração. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que, como é do conhecimento geral, as Leis têm os seus tempos, o que pressupõe que a estrutura foi construída ao abrigo de determinada Lei e, como é óbvio, não se poderá comparar com a Lei que se encontra em vigor atualmente. -----

Ainda relativamente a esta temática a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que se a estrutura já existente está legal, a sua prolongação será igualmente legal, tendo o Senhor Vereador Alexandre Lote respondido que as coisas não são assim tão lineares nem funcionam assim, estando a Senhora Vereadora Joaquina Domingues enganada relativamente aos trâmites que são atualmente exigidos. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que, no âmbito do exposto pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, relativamente à questão da Recylead, ou a mesma não se revê no PSD ou o PSD não se revê na

Senhora Vereadora Joaquina Domingues, uma vez que no último Comunicado emitido pelo PSD é referido o último investimento que claramente iria contra o PDM, com as inerentes consequências que daí adviriam para quem quer que aprovasse o referido Projeto. Neste contexto o Senhor Presidente mais referiu que seria de bom tom que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues esclarecesse se tem o apoio do PSD ou se eventualmente não tem nada a ver com as posições públicas que o PSD tem emitido nos últimos tempos, em que defende a construção de uma fábrica na Zona Industrial de Juncais, pondo em causa o PDM -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e mais referiu que felizmente já há antigos Vereadores do PSD que assumiram que não assinaram nenhum acordo relativamente à Serra da Esgalhada, o que denota que há um problema interno no PSD e que deverá ser resolvido pelo próprio PSD, ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondeu que o Senhor Presidente faz uma grande confusão quando transpõe questões políticas para reuniões de Câmara, onde deverão ser tratados assuntos de execução, o que tem sido um erro recorrente e mais referiu que o Senhor Presidente quis justificar o que se está a analisar com algo que foi uma decisão política tida em tempos pelo PSD, e mais sublinhou que o Senhor Presidente para justificar a presente atitude, referiu como exemplo, a Zona Industrial de Juncais, o que na sua opinião é incorreto. -----

Neste contexto o Senhor Presidente referiu que só se reportou à Zona Industrial de Juncais uma vez que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues pôs em causa o PDM e a informação dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e, foi nesse âmbito, que o Senhor Presidente respondeu e continuará a reiterar que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não tem tido o mesmo comportamento relativamente ao que os colegas de Partido defendem, no que concerne à Zona Industrial de Juncais, assunto este que só foi referido na presente reunião em virtude de a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, relativamente ao documento em análise, ter posto em causa o PDM, atitude essa que não teve relativamente à Recylead que violava descaradamente o PDM. O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e no seguimento do proferido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, em que referiu que o Senhor Presidente se estava a justificar com o que outros fizeram no passado, o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que se estava a fazer precisamente o contrário do que outros fizeram no passado, que se prende com o facto de tentar viabilizar um Procedimento de acordo com as regras vigentes no quadro legal. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Engº Paulo Santos, usou da palavra e relativamente ao Processo de licenciamento referiu que desconhece há quantos anos a obra foi licenciada, no entanto afirmou que a mesma foi com toda a certeza licenciada de forma legal e mais sublinhou o que já havia sido referido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, que se prende com o facto de ter havido alterações legislativas inerentes à Lei da Floresta que vieram criar condições de licenciamento, sendo umas mais favoráveis para determinadas situações e menos favoráveis para outras, e a título de exemplo, referiu as obras de escassa relevância que anteriormente eram avaliadas mediante a Lei da Floresta e que atualmente nem sequer é emitido um Parecer nesse sentido. Mais referiu o Chefe de Divisão Técnica Municipal, Engº Paulo Santos, que existe um pavilhão que está licenciado, existem dois espaços que o promotor está a legalizar e que, segundo os Serviços Técnicos da Câmara Municipal

de Fornos de Algodres, são perfeitamente legais e legalizáveis e existe o pavilhão que o promotor pretende ampliar e que no momento não está executado nem licenciado, uma vez que carece de reconhecimento para tal. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e referiu que a declaração de reconhecimento de interesse Municipal para o Projeto de ampliação do armazém agrícola não parece cumprir todos os preceitos legais, nomeadamente quando é transcrito um e-mail que não tem justificação e, por tal facto, e por todas as outras razões enunciadas durante a presente reunião, em que até propôs a sua retirada da Ordem de trabalhos, que não foi aceite, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues continua a ter medo e a ter dúvidas e, neste contexto, o seu Parecer, que não é votação, não poderá ser favorável. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que mais uma vez se nota que o PSD e neste caso a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, refugiando-se em algum tipo de argumentos e em algum tipo de réplicas, demonstra que efetivamente e contrariamente à narrativa do PSD, em que referem que não há investimento no concelho de Fornos de Algodres, ficou provado que quando são apresentados Projetos que criam postos de trabalho e criam investimento, verifica-se um refúgio em algumas justificações muito fáceis, alegando sobretudo que o documento está mal elaborado, para manifestar a sua não concordância com um documento que seria bastante importante, em termos de aumento de investimento no concelho de Fornos de Algodres. -----

***A Câmara deliberou aprovar por maioria com o voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues.*** -----

### **3 -PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA** -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade.*** -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado  
no Gabinete de Apoio à Presidência